

Línguas e leituras no mundo digital¹

*“If English was good enough for Jesus,
it ought to be good enough for the children of Texas.”*

(Sentença atribuída a Miriam Ferguson,
ex-governadora do Texas)



Gostaria de iniciar esta reflexão sobre as línguas na época da textualidade eletrônica com duas “fábulas”, como escreve seu autor. A primeira indica a duradoura nostalgia diante da perda da unidade lingüística; a segunda apresenta a inquietante figura de sua utópica restauração.

Em “O congresso”, que Borges publicou em *O livro de areia* em 1975, um certo Alejandro Ferri, que, como ele mesmo, escreveu um ensaio sobre o

1 Conferência proferida em 20 de maio de 2001 durante a 10ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

idioma analítico de John Wilkins, está encarregado de identificar a língua que deveriam ter usado os participantes do Congresso do Mundo “que representaria todos os homens e todas as nações”. Para documentar-se, os instigadores de tal projeto, cuja assembléia na Confeitaria del Gas é presidida por Dom Alejandro Glencoe, um estancieiro uruguaio, mandam Alejandro Ferri a Londres. Relata ele desta maneira suas investigações:

Hospedei-me em uma módica pensão atrás do Museu Britânico a cuja biblioteca ia pela manhã e à tarde, à procura de um idioma que fosse digno do Congresso do Mundo. Não negligenciei as línguas universais; tomei conhecimento do esperanto – que o Lunário sentimental qualifica como “eqüitativo, simples e econômico” – e do volapuke que deseja explorar todas as possibilidades lingüísticas, declinando os verbos e conjugando os substantivos. Considerei os argumentos, a favor e contra, de ressuscitar o latim, cuja nostalgia não cessou de perdurar após tantos séculos. Mesmo assim, detive-me no exame do idioma analítico de John Wilkins, em que a definição de cada palavra está nas letras que formam. (Borges, 1977a)

Alejandro Ferri considera sucessivamente os três tipos de línguas capazes de superar a infinita diversidade das línguas formais: em primeiro lugar, as línguas artificiais inventadas nos séculos XIX e XX, como o esperanto e o volapuke, que devem assegurar a compreensão e a concórdia entre os povos (Rasmussen, 1996); em segundo, a volta a uma língua que possa desempenhar o papel de um veículo universal da comunicação, como fez o

latim, e, por fim, as línguas formais que prometem, como o propôs em 1668 o “*philosophical language*” de John Wilkins, uma perfeita correspondência entre as palavras, nas quais cada letra é significativa e as categorias, espécies e elementos. Em seu ensaio sobre John Wilkins, publicado em 1952 em *Outras inquisições*, Borges dá um exemplo dessa língua perfeita: “*de* quer dizer elemento, *deb*, o primeiro dos elementos, o fogo; *deba*, uma porção do elemento fogo, uma chama” (1977c). Assim, cada palavra define-se a si mesma e o idioma é uma classificação do universo.

Finalmente, as investigações de Ferri revelam-se inúteis. Reunir um Congresso do Mundo era uma idéia absurda porque esse congresso já existe: é o próprio mundo, como o reconhece Dom Alejandro:

Demorei quatro anos para compreender o que lhes digo agora. A empreitada que iniciamos é tão vasta que abarca — agora o sei — o mundo inteiro. Não são alguns charlatães que se atordoam nos galpões de uma estância perdida. O Congresso do Mundo começou com o primeiro instante do mundo e continuará quando formos pó. Não há um único lugar em que não esteja.

Assim, a busca de um idioma universal é uma idéia inútil, já que o mundo está constituído por uma irreduzível diversidade de lugares, coisas, indivíduos e línguas.

Tentar eliminar uma semelhante multiplicidade significa traçar um porvir inquietante. Em

“Utopia de um homem que está cansado”, publicado também n’*O livro de areia*, o mundo dos tempos futuros, no qual o narrador se perdeu, voltou à unidade lingüística. O visitante do futuro, Eudoro Acevedo, que é professor de letras inglesas e americanas, escritor de contos fantásticos e que tem seu escritório instalado na Rua México, não sabe como se comunicar com o homem alto que encontra na planície: “Tentei diversos idiomas e não nos entendemos. Quando ele falou, o fez em latim. Juntei minhas já longínquas memórias de colegial e preparei-me para o diálogo”. Diz-lhe o homem: “Pela roupa, vejo que vens de outro século. A diversidade das línguas favorecia a diversidade dos povos e também das guerras; a terra voltou ao latim. Alguns temem que volte a degenerar em francês, em limusino ou em papiamento,² porém o risco não é imediato” (Borges, 1977c).

O mundo do futuro, em que não existe mais de uma única língua, é também o mundo do esquecimento, sem museus, sem bibliotecas, sem livros: “A imprensa, agora abolida, foi um dos piores males do homem, já que procurou multiplicar até a vertigem textos desnecessários”, diz o homem sem nome (“Disseste-me que te chamas Eudoro; eu não posso dizer-te como me chamo porque me chamam alguém”). O retorno à unidade lingüística significa, assim, a perda da história, o desaparecimento das identidades e, finalmente, a destrui-

2 Língua crioula de Curaçao. (N. T.)

ção aprovada. Saindo da casa com seus moradores, Eudoro Acevedo descobre um edifício inquietante: “Percebi uma espécie de torre, coroada por uma cúpula. É o crematório – disse alguém. Dentro há a câmara letal. Dizem que foi inventada por um filantropo cujo nome, creio, era Adolf Hitler”. A utopia de um mundo sem diferenças, sem desigualdades, sem passado acaba em uma imagem de morte. Comentando no “Epílogo” os diversos contos reunidos em *O livro de areia*, Borges indica que a fábula do homem cansado é “a peça mais honesta e melancólica da série” – melancólica talvez porque tudo o que nas utopias clássicas parece prometer um futuro melhor, sem guerras, sem pobreza nem riqueza, sem governo nem políticos (“Os políticos tiveram de procurar profissões honestas; alguns foram bons comediantes, ou bons curandeiros”) conduz à perda daquilo que define os seres humanos em sua humanidade: a memória, o nome, a diferença.

Essas diferentes lições borgianas não precisam de pertinência para nos fazer entender nosso presente. De fato, como pensar a língua desse novo “congresso do mundo” tal como é construído pela comunicação eletrônica? Sua possível universalidade é remetida às três formas de idiomas universais encontradas por Alejandro Ferri na British Library. A primeira, que é a mais imediata e evidente, vincula-se ao domínio de uma língua particular, o inglês, como língua de comunicação universalmente aceita, dentro e fora da mídia eletrônica, tanto para as publicações científicas quanto para

os intercâmbios informais da rede. Ela é usada também no controle, por parte das empresas multimídias mais poderosas – isto é, americanas –, do mercado das bases de dados numéricos, dos *web sites* ou da produção e difusão da informação. Como na utopia aterrorizante imaginada por Borges, tal imposição de uma língua única e do modelo cultural que traz consigo pode conduzir à destruição mutiladora das diversidades.

Essa nova colocação da “*questione della lingua*”, como diziam os italianos do Renascimento, de Pietro Bembo a Baldassare Castiglione, que se relaciona com o domínio do inglês, não deve, porém, ocultar duas outras inovações da textualidade eletrônica.

Por um lado, o texto eletrônico reintroduz na escrita alguma coisa das línguas formais que buscavam uma linguagem simbólica capaz de representar adequadamente os procedimentos do pensamento. Era assim que Condorcet chamava a atenção, em *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1988), para a necessidade de uma língua comum, apta a formalizar as operações do entendimento e os raciocínios lógicos e que fosse traduzível em cada língua particular. Essa língua universal deveria ser escrita mediante signos convencionais, símbolos, quadros e tabelas, todos esses “métodos técnicos” que permitem captar as relações entre os objetos e as operações cognitivas (Chartier, 1996a). Se Condorcet vinculava estreitamente o uso dessa língua universal à invenção e à difusão da imprensa no mundo contemporâneo, é

em relação com a textualidade eletrônica que se esboça um novo idioma formal imediatamente decifrável por todos. É o caso da invenção dos símbolos, os *emoticons*, como se diz em inglês, que utilizam de maneira pictográfica alguns caracteres do teclado (parênteses, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos) para indicar o registro de significado das palavras: alegria :-) tristeza :- (ironia ;-) ira :-@ ... ilustram a procura de uma linguagem não-verbal e que, por essa mesma razão, possa permitir a comunicação universal das emoções e o sentido do discurso.

Por outro lado, é possível dizer que o inglês da comunicação eletrônica é mais uma língua artificial, com vocabulário e sintaxe próprios, do que uma língua particular elevada, como foi antes o latim, à categoria de língua universal. De uma forma mais encoberta do que no caso das línguas inventadas no século XIX, o inglês, transformado em “língua franca” eletrônica, é uma espécie de língua nova que reduz o léxico, simplifica a gramática, inventa palavras e multiplica abreviaturas (do tipo *I ♥ you*). Essa ambigüidade própria de uma língua universal que, por sua vez, tem como matriz uma língua já existente e impõe convenções originais possui três conseqüências.

Em primeiro lugar, reforça a certeza dos norte-americanos na hegemonia de sua língua e na inutilidade da aprendizagem de outras línguas. Há poucos anos, uma governadora do Texas declarou: *“If English was good enough for Jesus, it ought to be good*

enough for the children of Texas".³ E hoje, apenas 8% dos alunos dos colégios ou universidades americanas assistem a aulas de línguas estrangeiras.⁴ Em segundo lugar, esse inglês, mais próximo do vóluptu do que do latim, supõe uma aprendizagem particular que não tem por finalidade o conhecimento da língua inglesa, já que, como indica Geoffrey Nunberg (1996, p.254) "*l'anglais que l'on trouve sur le réseau est d'une certaine manière plus difficile que celui qui est exigé pour pouvoir faire des communications formelles*".⁵ E, finalmente, o imperialismo ortográfico do inglês, que desconhece os acentos ou o til, impõe sua supressão às outras línguas quando são escritas ou lidas na tela do computador (cf. Ferreira, 2001, p.55-6).

Dois elementos devem nuançar essas observações. O primeiro diz respeito à diminuição da distância entre a comunidade anglófona e as outras no mundo eletrônico. Em 1994, por exemplo, dois milhões de endereços eletrônicos estavam localizados em países de língua inglesa, contra somente 170 mil nos países de língua francesa (cf. Nunberg, 1996, p.253). Os dados mais recentes mostram que o desenvolvimento da rede levou a uma maior presença dos usuários não-anglófonos e, por

3 "Se o inglês era suficiente para Jesus, deve ser suficiente para as crianças do Texas." (N. T.)

4 *The New York Times*, 16 abr. 2001, p.A1 e A10.

5 "o inglês que encontramos na rede é mais difícil, em certo sentido, do que aquele que é exigido para fazer comunicações formais". (N. T.)

consequente, a uma maior pluralidade lingüística na oferta textual. Porém, o domínio inglês continua forte. Hoje, 47,5% da população *on line* mora em países de língua inglesa, contra 9% para a língua chinesa, 8,6% para o japonês, 6,1% para o alemão, 4,5% para o espanhol, 3,7% para o francês e 2,5% para o português.⁶

Além disso, os progressos no ensino e no conhecimento das línguas estrangeiras na Europa e na América Latina, até mesmo nos Estados Unidos, ocasionaram a possibilidade de comunicação em que cada um pode utilizar sua própria língua e entender a língua do outro. Nessa perspectiva, compartilho plenamente o diagnóstico de Umberto Eco (1994), no que se refere à definição de um poliglotismo moderno quando afirma: “*Le problème de la culture européenne [ou universelle (R.C.)] de l’avenir ne réside certainement pas dans le triomphe du polyglottisme total (celui qui saurait parler toutes les langues serait semblable au Funes el Memorioso de Borges, l’esprit occupé par une infinité d’images), mais dans une communauté de personnes qui peuvent saisir l’esprit, le parfum, l’atmosphère d’une parole différente*”.⁷

6 Global Internet Statistics: <http://www.euromktg.com/globstats/index.php3>, 24 abr. 2001.

7 “O problema da cultura européia [ou universal] do futuro não consiste no triunfo de um poliglotismo total (aquele que soubesse falar todas as línguas seria semelhante a Funes, el Memorioso, de Borges, com sua mente ocupada por uma infinidade de imagens), mas sim em uma comunidade de pessoas que podem apreender o espírito, o perfume, o ambiente de uma fala diferente.” (N. T.)

O que coloca a necessidade de aprendizados lingüísticos que permitam aos indivíduos, se não falar, pelo menos entender diversas línguas. Tal projeto pedagógico e cívico é o único que pode evitar um domínio absoluto de uma língua única, seja ela qual for.

Monolingüístico ou poliglota, o mundo da comunicação eletrônica é um mundo da superabundância textual cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores. Frequentemente, a literatura tem anunciado a inutilidade da acumulação de livros, o excesso de textos. No mundo utópico de Borges, o diálogo entre Eudoro Acevedo e o homem sem nome do futuro demonstra isso. Folheando um exemplar da edição de 1518 da *Utopia* de Thomas Morus, o primeiro declara: “É um livro impresso. Lá em casa deve haver mais de dois mil, embora não tão antigos nem tão preciosos”. Seu interlocutor ri e responde: “Ninguém pode ler dois mil livros. Nos quatro séculos que vivo não terei passado de meia dúzia. Além disso, o que importa não é ler, mas sim reler”.

Mais de três séculos antes, o diálogo que Lope de Vega imagina em *Fuente ovejuna*, entre Barrildo, o lavrador, e Leonelo, o bacharel de Salamanca, ilustra a mesma desconfiança diante da multiplicação dos livros permitida pela invenção da imprensa – uma invenção recente ao tempo dos inventos narrados na comédia, que aconteceram em 1476. A Barrildo, que elogia os efeitos da imprensa (“Haja vista tantos livros impressos / não há ninguém que sábio não se imagine”), Leonelo respon-

de: “Antes que ignorem mais, sinto por isto / por não se reduzir a breve sùmula, / porque a confusão, com o excesso / os desìgnios resolve em vã espuma; / e aquele que de ler tem mais costume, / de ver letreros só está confuso” (Lope de Vega, 1993, vv.901-908, p.87). A multiplicação dos livros tornou-se mais uma fonte de “confusão” do que de saber, e a imprensa, com todo o “excesso” de livros que gerou, não produziu novos gênios: “Sem ela muitos séculos passaram, / e não vemos que neste se levante / um Jerônimo santo, um Agostinho” (vv.928-931, p.88).

Nasce aqui uma pergunta: como pensar a leitura diante de uma oferta textual que a técnica eletrônica multiplica mais ainda do que a invenção da imprensa? Em 1725, Adrien Baillet (1725) escreveu: “*On a sujet d’appréhender que la Multitude des Livres qui augmentent tous les jours d’une manière prodigieuse, ne fasse tomber les siècles suivants dans un état aussi fâcheux qu’était celui où la barbarie avait jeté les précédents depuis la décadence de l’Empire romain*”.⁸ Para comprovar se Baillet tinha razão e se caímos em tal barbárie, temos de distinguir entre diversos registros de mutações ou rupturas introduzidos pela revolução do texto digital. A primeira dessas rupturas refere-se à

8 Devo esta referência a Ann Blair. (R.C.) “Temos razões para temer que a Multidão de Livros que aumenta a cada dia de uma maneira prodigiosa faça cair os séculos seguintes em um estado tão lamentável quanto aquele em que a barbárie lançara os precedentes a partir da decadência do Império Romano.” (N. T.)

ordem dos discursos. Na cultura impressa, como a conhecemos, essa ordem se estabelece a partir da relação entre tipos de objetos (os livros, o diário, a revista), categorias de textos e formas de leitura. Tal vinculação está arraigada a uma história de longa duração da cultura escrita e provém da sedimentação de três inovações fundamentais: em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que ainda é o nosso, isto é, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação que chamamos códex e que substituiu os rolos da Antigüidade grega e romana; em segundo, no final da Idade Média, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do “livro unitário”, ou seja, a presença, dentro de um mesmo livro manuscrito, de obras compostas em língua vulgar por um único autor (Petrarca, Boccaccio, Christine de Pisan), enquanto antes essa lista caracterizava apenas as autoridades canônicas antigas e cristãs e as obras em latim; e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até agora a técnica mais utilizada para a reprodução do escrito e a produção dos livros. Somos herdeiros dessa história tanto para a definição do livro, isto é, ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética identificada pelo nome de seu autor, como para a percepção da cultura escrita e impressa que se baseia em diferenças imediatamente visíveis entre os objetos (cartas, documentos, diários, livros etc.).

É essa ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É

agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade. Surge disso uma primeira inquietação ou confusão dos leitores, que devem enfrentar o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais, que lhes permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos.

O que se torna mais difícil, contudo, é a percepção da obra como obra. A leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se (um artigo em um periódico, um capítulo em um livro, uma informação em um *web site*), sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento. Num certo sentido, no mundo digital todas as entidades textuais são como bancos de dados que procuram fragmentos cuja leitura absolutamente não supõe a compreensão ou percepção das obras em sua identidade singular.

Assim, quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova

forma de inscrição. A originalidade e a importância da revolução digital apóiam-se no fato de obrigar o leitor contemporâneo a abandonar todas as heranças que o plasmaram, já que o mundo eletrônico não mais utiliza a imprensa, ignora o “livro unitário” e está alheio à materialidade do códex. É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. Daí a razão do desassossego dos leitores, que devem transformar seus hábitos e percepções, e a dificuldade para entender uma mutação que lança um profundo desafio a todas as categorias que costumamos manejar para descrever o mundo dos livros e a cultura escrita.

Essa revolução modifica, ainda, o que se poderia chamar a ordem das razões, se com isso entendermos as modalidades das argumentações e os critérios ou recursos que o leitor pode mobilizar para aceitá-las ou rechaçá-las. Por um lado, a textualidade eletrônica permite desenvolver as argumentações e demonstrações segundo uma lógica que já não é necessariamente linear nem dedutiva, tal como dá a entender a inscrição de um texto sobre uma página, mas que pode ser aberta, clara e racional graças à multiplicação dos vínculos hipertextuais. Por outro, e como consequência, o leitor pode comprovar a validade de qualquer demonstração consultando pessoalmente os textos (mas também as imagens, as palavras gravadas ou composições musicais) que são o objeto da análise se,

evidentemente, estiverem acessíveis numa forma digitalizada. Tal possibilidade modifica profundamente as técnicas clássicas da prova (notas de rodapé, menções, referências), que pressupunham a confiança do leitor no autor, não podendo aquele colocar-se no lugar deste diante dos documentos analisados e utilizados. Nesse sentido, a revolução da textualidade digital constitui também uma mutação epistemológica que transforma as modalidades de construção e crédito dos discursos do saber.

Um terceiro registro de mutações ligadas ao mundo eletrônico refere-se ao que chamo de a ordem das propriedades, tanto em um sentido jurídico – o que fundamenta a propriedade literária e o *copyright* – quanto em um sentido textual – o que define as características ou propriedades dos textos. O texto eletrônico, tal qual o conhecemos, é um texto móvel, maleável, aberto. O leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não somente nos espaços deixados em branco pela composição tipográfica. Pode deslocar, recortar, estender, recompor as unidades textuais das quais se apodera. Nesse processo desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, já que estão constantemente modificados por uma escritura coletiva, múltipla, polifônica, que dá realidade ao sonho de Foucault quanto ao desaparecimento desejável da apropriação individual dos discursos – o que ele chamava a “função-autor”. Essa mobilidade lança um desafio aos critérios e categorias que, pelo menos desde o século XVIII, identificam as obras com base na sua estabilidade, singularidade e originalidade. O re-

conhecimento da propriedade do autor sobre sua criação e, por conseguinte, a do editor a quem a vendeu supõe que, como escreveu Blackstone no século XVIII, “*Now the identity of a literary composition consist intirely in the sentiment and language ... and whatever method be taken of conveying that composition to the ear or the eye of another, by recital, by writing, or by printing, in any number of copies or at any period of time, it is always the identical work of the author which is so conveyed*” (apud Rose, 1993, p.89-90).⁹ Está então estabelecido um estreito vínculo entre a identidade singular, estável, reproduzível dos textos e o regime de propriedade que protege os direitos dos autores e dos editores. É essa relação que coloca em questão o mundo digital que propõe textos brandos, ubíquos, palimpsestos.

Tal colocação leva a uma reflexão quanto aos dispositivos que permitirão delimitar, designar e identificar textos estáveis, dotados de uma identidade perpetuada e perceptível no mundo móvel da textualidade digital. Essa reorganização é uma condição para que possam ser protegidos tanto os direitos econômicos e morais dos autores quanto a remuneração ou o rendimento da edição eletrônica. Isso levará, sem dúvida, a uma transformação

9 “Agora, a identidade de uma composição literária reside inteiramente no sentimento e na linguagem ... e seja qual for o método escolhido para a sua transmissão, a recitação, o manuscrito ou o impresso, em qualquer número de exemplares ou em qualquer momento, é sempre a mesma obra do autor que se transmite.” (N. T.)

profunda do mundo eletrônico como o conhecemos agora. Haverá duas formas de publicação: a que vai continuar a oferecer textos abertos, maleáveis, gratuitos, e a que resultará de um trabalho editorial que necessariamente fixará e fechará os textos publicados para o mercado. Talvez dois tipos de aparelhos vão corresponder a cada uma dessas formas: o computador tradicional para a primeira e o *e-book*, que não permite o transporte, a cópia ou a modificação dos textos, para a segunda. Assim, o livro digital seria definido pela oposição à comunicação eletrônica livre e espontânea que autoriza qualquer pessoa a pôr em circulação na rede suas idéias, opiniões ou criações. Reconstituir-se-ia, assim, na textualidade eletrônica, uma ordem dos discursos que permitirá diferenciá-los de acordo com sua identidade e autoridade própria.

A batalha encetada entre os pesquisadores — que cobram o acesso livre e gratuito aos artigos e às revistas científicos, que impõem altos preços de assinatura, até dez mil ou doze mil dólares ao ano, e que multiplicam os dispositivos capazes de impedir a redistribuição eletrônica dos artigos — ilustra hoje a tensão entre as duas lógicas que atravessam o mundo da textualidade digital. Recentemente, quatorze mil pesquisadores, sobretudo no campo das ciências biológicas, assinaram petição exigindo o livre acesso aos textos publicados pelas revistas científicas (www.publiclibraryofscience.org). Como resposta, algumas revistas decidiram permitir esse acesso por dois meses (*Molecular Bio-*

logy of the Cell) ou um ano (*Science*) depois da publicação dos artigos.¹⁰

O exemplo das revistas ilustra também a diferença que existe entre a leitura dos “mesmos” artigos quando se deslocam da forma impressa, que situa cada texto particular em uma continuidade física, material, com todos os outros textos publicados no mesmo número, para a forma eletrônica onde são encontrados e lidos a partir das arquiteturas lógicas que hierarquizam campos, temas e rubricas (Nunberg, 1993).

Na primeira leitura, a construção do sentido de cada artigo particular depende, mesmo inconscientemente, da sua relação com os outros textos que o antecedem ou o seguem e que foram reunidos dentro de um mesmo objeto impresso com uma intenção editorial imediatamente perceptível. A segunda leitura age como o idioma analítico de John Wilkins, a partir de uma organização enciclopédica do saber, que propõe ao leitor textos sem outro contexto além daquele de pertencer a uma mesma temática. Num momento em que se discute a possibilidade ou a necessidade de as bibliotecas digitalizarem suas coleções (particularmente os jornais e revistas) tal observação lembra que, por mais fundamental que seja esse projeto de digitalização, ele nunca deve conduzir à rejeição ou à destruição dos objetos impressos do passado.

10 *Libération*, 14-15 abr. 2001, p.16-7.

Como mostra o livro do romancista Nicholson Baker, *Double Fold: Libraries and the Assault on Paper* (2001), comentado recentemente por Robert Darnton (2001), esse temor não deixa de ter fundamentos. Entre os anos 70 e 90, o Council on Library Resources dos Estados Unidos empreendeu uma política de microfilmagem de jornais e livros dos séculos XIX e XX cujo resultado foi a destruição física de milhões de volumes e de periódicos, com a dupla justificativa de sua preservação em outro suporte e a necessidade de se esvaziar estantes das bibliotecas para receberem as novas aquisições. Essa operação, chamada “*deaccessioning*”, no inglês da biblioteconomia, encontrou sua forma paroxística em 1999, quando a British Library decidiu microfilmar e destruir ou vender todas as suas coleções de jornais americanos publicados a partir de 1850. Os compradores foram comerciantes que cortaram os jornais para vender seus números ou artigos como lembranças para aniversariantes. Contudo, antes do escândalo britânico, mudou-se a política das bibliotecas dos Estados Unidos e a “matança” anunciada por Nicholson Baker não mais acontece. Mas as perdas foram enormes e irremediáveis, e, com as possibilidades e promessas da digitalização, a ameaça de outra destruição não se afastou definitivamente. Como leitores, como cidadãos, como herdeiros do passado, devemos, pois, exigir que as operações de digitalização não ocasionem o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos em sua época.

“Fala-se do desaparecimento do livro; creio que é impossível”, declarou Borges em 1978 (1998, p.9-23). Não teria ele plena razão, uma vez que em seu país havia dois anos desapareciam livros queimados e autores ou editores eram assassinados.¹¹ Porém, seu diagnóstico expressava a confiança na sobrevivência do livro diante dos novos meios de comunicação: o cinema, o disco, a televisão. Podemos sustentar hoje essa certeza? Colocar a questão dessa maneira talvez não designe de forma adequada a realidade de nosso presente caracterizado por uma nova técnica e forma de inscrição, difusão e apropriação dos textos, já que as telas do presente não ignoram a cultura escrita, mas a transmitem.

Ainda não sabemos, contudo, muito bem como essa nova modalidade de leitura transforma a relação dos leitores com o escrito. Sabemos que a leitura do rolo da Antigüidade era uma leitura contínua, que mobilizava o corpo inteiro, que não permitia ao leitor escrever enquanto lia. Sabemos que o códex, manuscrito ou impresso, permitiu gestos inéditos (folhear o livro, citar trechos com precisão, estabelecer índices) e favoreceu uma leitura fragmentada mas que sempre percebia a totalidade da obra, identificada por sua própria materialidade.

Como caracterizar a leitura do texto eletrônico? Para compreendê-la, Antonio Rodriguez de las Heras (1991) formula duas observações que nos

11 Ver o folheto *Un golpe a los libros* (1976-1983). Buenos Aires: Dirección General del Libro y Promoción de la Lectura, s. d.

obrigam a abandonar nossas percepções espontâneas e hábitos herdados. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a tela não é uma página, mas sim um espaço de três dimensões, que possui profundidade e que nele os textos brotam sucessivamente do fundo da tela para alcançar a superfície iluminada. Por conseguinte, no espaço digital, é o próprio texto, e não seu suporte, que está dobrado. A leitura do texto eletrônico está concebida nesse caso como desdobramento do texto eletrônico, ou melhor, uma textualidade suave, móvel e infinita.

Tal leitura “dosifica” o texto, como diz Rodriguez de las Heras, sem necessariamente ater-se ao conteúdo de uma página, e pode compor, na tela, ajustes textuais singulares e efêmeros. Tal como na navegação pela rede, é uma leitura descontínua, segmentada, fragmentada. Se é conveniente para as obras de natureza enciclopédica, que nunca foram lidas da primeira à última página, essa leitura parece desorientada ou inadequada diante dos textos cuja apropriação supõe uma leitura contínua e atenta, uma familiaridade com a obra e a percepção do texto como criação original e coerente. O desafio e a incerteza do futuro são remetidos, fundamentalmente, à capacidade do texto desencadernado do mundo digital de superar ou não a tendência ao derramamento que o caracteriza.

Será o texto eletrônico um novo livro de areia cujo número de páginas era infinito, que não se podia ler e que era tão monstruoso que foi sepultado nas úmidas estantes da Biblioteca Nacional na Rua México? (cf. Borges, 1977b). Ou propõe ele

já uma nova e promissora definição do livro capaz de favorecer e enriquecer o diálogo que cada texto estabelece com seu leitor? (cf. Borges, 1997d, p.237-42).

Ninguém sabe a resposta. Mas a cada dia, como leitores, sem o saber, a inventamos.